



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 6ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulação de Substâncias Químicas

Local: Auditório Ipê Amarelo e Sala 735; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF.

Data: 18 de março de 2025.

Horário: 9h às 17h

Participantes: Lista de presença anexa.

I Objetivo:

A reunião teve como objetivo dar continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) sobre regulação de substâncias químicas, com discussão da minuta de Decreto regulamentador, focando nos tópicos de Cadastro/Inventário e Priorização e Avaliação de risco.

II Atividades

Abertura

A Coordenadora-Geral de Segurança Química, Camila Boechat, abriu a reunião, dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Informou que a reunião estava sendo gravada e submeteu a pauta para aprovação.

Discussão do normativo

A reunião iniciou-se com a retomada do artigo sobre as informações exigidas no Cadastro do Inventário Nacional de Substâncias Químicas. Em um de seus incisos o referido artigo versa sobre a necessidade de se informar a origem e o destino das substâncias quando do preenchimento do Cadastro Nacional de Substâncias Químicas.

Aristeu Junior (Ministério da Saúde) destacou a necessidade de se ter informações sobre o município/UF de fabricação, no caso de substâncias produzidas no território nacional e do país de origem e município/UF de entrada no caso das substâncias importadas, propondo uma redação simplificada para sanar este ponto e compatibilizar o que é solicitado de fabricantes e importadores. Explicou que esses dados são importantes para o setor de saúde saber por onde as substâncias estão circulando. Alan Alves (IBAMA) concordou com o posicionamento do Ministério da Saúde.

Camila Hubner (ABIQUIM) ponderou que é importante saber onde e para que os dados imputados no cadastro serão usados, sendo necessário avaliar a eficácia do dado solicitado. Disse que, no caso das informações de localização, seria um dado importante para a avaliação de risco, para avaliar a exposição à substância.

Ariadne Moraes (CNI) concordou com o posicionamento, destacando que o cadastro é uma



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

fase inicial e que há outras etapas complementares subsequentes. Falou que mais detalhes no cadastro implicam em maior complexidade; explicou que essas informações talvez não estejam disponíveis na fase de cadastro.

Zuleica Nycz (TOXISPHERA) falou que a Lei 15.022/2024 é importante para dar apoio para uma política nacional de segurança química, não sendo apenas uma lista de substâncias, mas também avaliação e gerenciamento de risco. Explicou que saber onde as substâncias estão é fundamental para o inventário. Demonstrou apoio à proposta do Ministério da Saúde.

Patrícia Dias (FUNDACENTRO) disse ser a favor do máximo de informações, conforme proposto pelo Ministério da Saúde, mas disse entender o fator da complexidade. Sugeriu que, no caso das substâncias importadas, essas informações fossem solicitadas apenas quando da avaliação de risco.

Washington Bonini (MDIC) falou que, quanto mais informações, melhor. Porém, reforçou que em um primeiro momento o interesse é ter o cadastro mais abrangente possível e disse que as informações de difícil inserção devem ser tratadas com cuidado. Falou que os dados de porto de entrada geralmente vão ser relacionados às compras e informou que isso pode ser uma dificuldade para o processo e pediu cuidado para não transformar o inventário em um registro de operações. Solicitou flexibilidade e destacou a importância de resoluções infralegais. Alertou que o sigilo fiscal e bancário poderiam ser obstáculos na exigência dessas informações e falou que as importar de outros portais poderia ser uma alternativa.

Camila Boechat, *Coordenadora-Geral de Segurança Química*, questionou se a parte das informações para produção nacional estava pacificada, estando a complexidade na parte da importação.

Camila Hubner (ABIQUIM) ponderou que as informações deveriam estar atreladas ao CNPJ, com inserção automática, uma vez que esse campo fosse preenchido.

Alan Alves (IBAMA) manifestou apoio ao Ministério da Saúde. Indicou não compreender onde estaria a dificuldade e explicou que no relatório de produção comercial e exportação de agrotóxicos deve constar o país de origem e de destino. Falou que é necessário lidar com sigilo o tempo todo e disse que o objetivo não é expor transações comerciais. Falou que um anexo ou uma norma infralegal poderia detalhar como os pedidos dos dados de localização seriam feitos.

Anax Falcão (SBTox) expressou dificuldade em entender como essas informações relacionadas à localização influenciariam na avaliação de risco. Disse que, no momento da avaliação, a substância já pode estar obsoleta. Falou que, em um contexto de exportação ou uso no mercado nacional, essa informação poderia ser relevante para avaliar a exposição.

Ouvidas as considerações, não foi possível chegar a um consenso. Com isso, o inciso continuou pendente.

A discussão seguiu para o próximo inciso do mesmo artigo, que trata da identificação da substância.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

Sobre a exigência da NCM, Washington Bonini (MDIC) pediu para que esse campo deixasse de ser responsabilidade do cadastrante, passando a ser um campo de preenchimento automático; disse que assim seria possível garantir a informação, tirar o peso do setor e diminuir a probabilidade de erro. Explicou que esse campo seria uma tabela de compatibilização.

Camila Boechat, *Coordenadora-Geral de Segurança Química*, concordou que esta seria uma boa solução, mas pontuou que não seria bom retirar a NCM do inciso. Disse que é necessário deixar indicado a importância dessa informação para o inventário, pois isso justificaria eventuais parcerias para obter este dado. Sugeriu acrescentar um parágrafo único estabelecendo que essas informações poderiam ser solicitadas de outros sistemas.

Sobre as informações de persistência, biodegradabilidade e potencial de bioacumulação, Anax Falcão (SBTox) mencionou a possibilidade de extraí-las do GHS, através dos parâmetros de toxicidade aquática crônica. Disse que deixar apenas os dois tópicos na lista seria problemático, pois haveria outros critérios não considerados. Comentou sobre a limitação de toxicidade aquática, mas explicou que esse é um problema mundial, não havendo, de maneira geral, informações sobre toxicidade terrestre para substâncias químicas.

Fabriciano Pinheiro (Intertox) mencionou que a norma ABNT NBR 14.725 foi totalmente baseada no GHS. Explicou que o GHS ainda não inclui o compartimento terrestre por causa das dificuldades relacionadas à dimensão, sendo menos relevante que o aquático para uma avaliação geral de risco para o meio ambiente. Expressou achar que o grupo poderia seguir na linha de considerar o ambiente aquático. Falou que os itens de persistência, biodegradabilidade e potencial de bioacumulação poderiam ser retirados da minuta pois já estão contemplados na classificação GHS.

Fabriciano Pinheiro (Intertox) mencionou que a Lei 15.022/2024 em seu art. 7º faz referência à norma brasileira vigente e questiona se essa especificação deveria estar no Decreto. Falou, ainda, que é importante definir qual GHS, pois o livro oficial do GHS, *purple book*, é um manual desenvolvido pela ONU, sofrendo alterações a cada 2 anos, competindo a cada país internalizá-lo. Disse que o Brasil internalizou por meio da ABNT NBR 14.725 e cita, ainda, a NR 26 do Ministério do Trabalho.

Patrícia Dias (FUNDACENTRO) explica que a NR 26 fala sobre o GHS, porém não é completa.

Os membros passam a discutir se a norma ABNT 14.725, norma paga, poderia estar citada na Lei.

Tasso Cipriano (Fundação Santo André) explicou que, no direito, *norma* pode ser jurídica ou técnica. Frente ao exposto, disse parecer haver um consenso no grupo de que, com exceção da NR 26 do Ministério do Trabalho, não há norma jurídica que incorpore o GHS em sua totalidade. Em relação às normas da ABNT serem pagas, explicou que este não é um problema exclusivo desse tema, havendo muitas normas jurídicas, dentro e fora do direito ambiental, que fazem referência às normas técnicas, sendo essa uma dificuldade com a qual o GT terá que lidar. Falou que normas técnicas em outros países também são pagas e mencionou que uma solução seria citar no texto a norma da ABNT ou a que lhe substituir.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

111 Camila Hubner (ABIQUIM) disse achar que essa discussão transcende usar ou não a norma
112 da ABNT. Menciona que além de pagar pela norma é necessário pagar pelo acesso.

113 Avançando nos incisos, Washington Bonini (MDIC) pediu que a redação fosse ajustada para
114 deixar claro que a bioacumulação considerada seria para ambiente aquático, conforme o GHS,
115 para evitar alegações de que outros tipos de bioacumulação não estão sendo analisados.

116 Anax Falcão (SBTox) pediu para que isso fosse explicitado no parágrafo sobre priorização.
117 Sugeriu que as informações relativas à bioacumulação, persistência e toxicidade fossem
118 retiradas como informação discriminadas requeridas no cadastro; disse que essas informações
119 vão existir dentro dos dados do GHS, sendo possível especificar que, na fase de priorização, estes
120 critérios serão avaliados de acordo com os dados advindos do campo do GHS no cadastro.

121 Após o intervalo do almoço, a reunião é retomada com foco no tema priorização.

122 Anax Falcão (SBTox) destacou as questões abordadas pelo subgrupo de priorização e análise
123 de risco. Fez apresentação sobre modelos internacionais de priorização, abordando as boas
124 práticas de priorização segundo a OCDE e dando uma visão geral sobre as etapas do processo.
125 Falou sobre a frequência dos ciclos de priorização, destacando os modelos contínuos e anuais.
126 Focou nos modelos de priorização utilizados pelo Canadá e pelo Chile. Sobre a proposta
127 Nacional, sugeriu o seguinte:

Priorização	
Etapa 1	<p>Priorização com base em dados do inventário</p> <ul style="list-style-type: none">• Nenhuma ação necessária• Priorização para avaliação de risco• Dados adicionais requeridos
Etapa 2	<p>Refinamento adicional</p> <ul style="list-style-type: none">• Estratégia para endereçar lacunas de dados para substâncias identificadas na etapa anterior• Desregulação endócrina• Aplicação de níveis de confiança

128 Para a primeira etapa, Anax Falcão (SBTox) sugeriu um sistema de indicadores, critérios, pesos
129 e pontos, em consonância com o art. 14 da Lei 15.022/2024; a metodologia sugerida culminaria
130 em uma matriz de priorização, com indicadores de perigo e exposição. Para a segunda etapa, foi
131 apresentada uma abordagem para priorização utilizando as seguintes fontes de dados: (1)
132 classificação GHS para mutagenicidade em célula germinativa, estudos PBL seguindo guias
133 padronizados; (2) dados da literatura ou repositórios para a substância de interesse; (3) dados
134 da literatura ou repositórios para a substância de interesse; (4) predições de mutagenicidade e
135 danos cromossômicos em modelos QSAR validados; (5) classificação GHS para toxicantes
136 reprodutivos.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

Por fim, Anax Falcão (SBTox) explicou que a apresentação tinha como objetivo entender a percepção do grupo em relação à metodologia proposta. Falou que o Decreto não precisa detalhar a priorização de forma tão detalhada, mas explicou que o apresentado seria o racional por trás do processo.

Após aprovação da metodologia sugerida pelos membros do GT e análise dos capítulos relacionados ao tema na minuta apresentada pelo MMA, Anax Falcão (SBTox) se comprometeu a propor melhorias na redação do documento.

II Anexo A

Lista de participantes: Alan Alves (IBAMA); Ana Catarina de Amorim (CRQ-I); Antonio Anax Falcão (SBTox); Ariadne Moraes (ABIHPEC); Aristeu de Oliveira (MS); Barbara Bonalume (Givaudan do Brasil LTDA - membro da ABIQUIM); Bianca Marigliani (HSI); Camila Boechat (MMA); Camila Gontijo (PNUMA); Camila Hubner (ABIQUIM); Carlos Roberto Ferreira ABIQUIM - Associado Dow Brasil); Daniele Procópio (MMA); Eduarda Santana (Kemira Chemicals Brasil); Elaine Faquim (ABIQUIM); Fabriciano Pinheiro (Intertox); Fairah Barrozo (MS); Fernanda Salles (MS); Glória Benazzi (Sinproquim); Ilerson Mello (Rhodia Brasil AS); Júlio Soncim (Lanxess); Lidiane de Moraes (ExxonMobil Química Ltda); Maria Augusta Costa (ABIFRA/CNI); Marília Porto (Ibama); Mauricio Valiengo (Evonik Brasil Ltda); Patricia Ferreira (Infobasys - MPDF Consultoria); Patricia Dias (Fundacentro); Peter Rembischevski (Anvisa); Polyana Vieira (BASF); Priscila Fabretti (Associquim); Rafael Eudes (TOXISPHERA); Raquel Dias (Solenis); Roberta Motta (Cargill); Tasso Cipriano (Fundação Santo André); Thaianne Resende (MMA); Tiago Oliveira (HENKEL); Tricia Arruda (MS); Washington Bonini (MDIC); Zuleica Nycz (TOXISPHERA).

Brasília, 18 de março de 2025

GT-Regulação de Substâncias Químicas – Memória da 1ª Reunião.23.março.2025